



Câmara de Vereadores
de Santa Cruz do Sul

Frente Parlamentar pela Desburocratização

Caderno de Sugestões

Presidente: Rodrigo Rabuske

Secretário: Leonel Garibaldi

Componentes: Nicole Weber, Sérgio Moraes, Cleber Pereira e Daiton Mergen

INTRODUÇÃO

A Frente Parlamentar pela Desburocratização da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul é originária da aprovação do Requerimento nº 14/2021, com o objetivo de trabalhar e somar esforços pela simplificação da burocracia municipal, bem como realizar um papel de facilitador, ouvindo os diversos setores da sociedade, identificando os principais problemas e propondo sugestões, que poderão ser realizadas pelo próprio Poder Legislativo ou serem indicadas ao Poder Executivo.

O Plano de Trabalho da Frente Parlamentar pela Desburocratização levou em consideração uma metodologia, que tem como base o ciclo de políticas públicas (policy cycle). As fases que a metodologia desenvolveu foram:

1. Identificação do Problema

2. Diagnóstico

3. Formulação de sugestões de soluções

Para a realização da primeira etapa foi desenvolvido o Edital de Problemas, uma via direta para que a sociedade apresentasse as suas demandas para levantamento da burocracia em Santa Cruz do Sul, através do link: bit.ly/DesburocraSCS.

Posteriormente a etapa inicial de levantamento de situações burocráticas se deu início à segunda etapa da metodologia. Para a realização do diagnóstico, a primeira atividade foi a separação das demandas por blocos de temas. A agregação das demandas possibilitou a construção analítica de forma a delimitar os incômodos causados aos atores sociais. Também possibilitou que o trabalho da frente parlamentar fosse mais eficiente, analisando as demandas que possuem a mesma temática conjuntamente.

Por fim, no intuito de elaborar alternativas para os problemas apresentados buscou-se o estudo de práticas e casos de sucesso que superaram os mesmos problemas, ou problemas correlatos, seguida da adaptação destas práticas no enfrentamento do problema identificado. Cabe destacar, que nesta fase também foram ouvidos os stakeholders, para exposição e confronto de ideias com o objetivo de possibilitar emergir a melhor solução.

Diante do exposto, utilizando uma simplificação da metodologia do ciclo de políticas públicas, a Frente Parlamentar levantou **72 demandas** enviadas pela população e propõe **16 propostas** que compõem este Caderno de Sugestões. Nosso objetivo durante todo o processo foi tornar Santa Cruz do Sul uma cidade com processos mais simples e fluidos, facilitando a vida do cidadão.

Sabemos que o desafio não se encerra com a entrega deste Caderno de Sugestões, mas queremos reforçar o agradecimento a todos que contribuíram com o trabalho da Frente Parlamentar pela Desburocratização até o presente momento, desde o cidadão que participou do edital de problemas compartilhando suas demandas, até as entidades e voluntários que ajudaram na realização dos diagnósticos. Este Caderno de Sugestões é resultado de um trabalho conjunto, focado em construir uma Santa Cruz do Sul onde o cidadão tenha de forma descomplicada acesso aos serviços públicos.

Na sequência, apresentaremos os membros da Frente Parlamentar pela Desburocratização. No segundo capítulo, apresentaremos os problemas identificados, os diagnósticos realizados e as soluções propostas. Em anexo, estão as proposições resultantes do nosso trabalho, apresentadas pela Frente, bem como todas demandas e contribuições recebidas. E encerrando, esperamos ter contribuído para a construção de uma Santa Cruz do Sul que impulsiona novos negócios e facilita a vida do cidadão.

Composição da Frente Parlamentar

Presidente: Vereador Rodrigo Rabuske (PTB)

Secretário: Vereador Leonel Garibaldi (NOVO)

Membros efetivos: Vereadora Nicole Weber (PTB), Vereador Sérgio Moraes (PTB), Vereador Professor Cleber (DEM), Vereador Daiton Mergen (MDB).



1. Identificação dos Problemas

Para a realização da primeira etapa foi desenvolvido o Edital de Problemas, uma via direta para que a sociedade apresentasse as suas demandas para levantamento da burocracia em Santa Cruz do Sul, através do link bit.ly/DesburocraSCS. Ao final dessa primeira rodada de recepção de demandas, foram apresentadas 72 contribuições da sociedade santa-cruzense.

Todo processo de identificação dos problemas pode levar a áreas de sombreamento, no qual teremos demandas que tocam a mais de um campo. Por isso, a separação se faz necessária para a realização de um diagnóstico mais acurado.

Os problemas foram divididos nos seguintes grupos e podem ser conferidos no ANEXO XVII.

- **Problemas Referentes à "Construção Civil"**
- **Problemas Referentes à "Emissão de Alvarás e Certidões"**
- **Problemas Referentes à "Sites da Prefeitura"**
- **Problemas Referentes a "Fiscalizações"**
- **Problemas Referentes à "Impostos e Taxas"**
- **Problemas Referentes à "Planejamento Urbano"**
- **Problemas Referentes à "Informação e atendimento ao público"**
- **Problemas Referentes ao "Incentivo ao empreendedorismo e inovação"**
- **Problemas Referentes à "Administração Pública em geral"**

2. Diagnóstico

Para a realização do diagnóstico, a primeira atividade foi a separação das demandas por blocos de temas. A consolidação das demandas possibilitou a construção analítica de forma a delimitar os incômodos causados aos atores sociais. Também possibilitou que o trabalho da frente parlamentar fosse mais eficiente, analisando as demandas que possuem a mesma temática conjuntamente.

O diagnóstico foi construído a partir da análise dos problemas em quatro aspectos: contexto, amplitude, intensidade e tendência. Esta fase foi fundamental para que a Frente Parlamentar pudesse elaborar soluções que atacam a causa raiz dos problemas. Os estudos buscaram levantar informações sobre:

- **Contexto:** a origem, o histórico e o quadro atual da demanda, pois é notório que os problemas são em grande parte reflexos de sua trajetória e da somatória de decisões tomadas sobre eles.
- **Amplitude:** quantidade e qualidade dos atores atingidos, pois quanto maior o número de pessoas atingidas, quanto mais articulados são estes atores e quanto mais grupos de interesses esse problema atinge, maior a sua amplitude.
- **Intensidade:** a gravidade do problema, avaliando de maneira absoluta (a gravidade do problema em si) e de maneira relativa (como é percebido pelos atores).
- **Tendência:** quando o problema aparece e quando se intensifica.

3. Formulação de sugestões de soluções

Após serem realizados os diagnósticos aprofundados dos problemas de excesso de burocracia, a Frente Parlamentar trabalhou na elaboração das sugestões de soluções. O foco foi trazer iniciativas inovadoras, que possam atacar as reais fontes dos problemas levantados.

As sugestões aqui apresentadas são precedidas de uma introdução, de discussão e do apontamento dos proponentes das demandas.

3.1 Sugestões Referentes à "Construção Civil"

O setor da Construção Civil é um dos mais importantes para a cidade, responsável por gerar empregos diretos e indiretos. O atendimento das demandas desta área são um dos focos para melhorar o ambiente de negócios da cidade.

Conforme se verifica, através da transcrição da manifestação social acerca dos problemas relacionados à esfera da “*construção civil*” que frequentemente ocorrem no Município de Santa Cruz do Sul – RS, evidencia-se que os depoimentos advindos da sociedade civil, dos empreendedores e entidades apontam predominantemente os respectivos entraves:

- a) a desatualização do sistema;**
- b) a burocracia para o andamento administrativo;**
- c) a morosidade dos atos administrativos.**

Diante do exposto, inicialmente sugere-se através de indicação a implementação no próprio site da Prefeitura Municipal, de um *checklist* básico e extremamente preciso, que passe a devidamente informar a documentação necessária ao encaminhamento de cada tipo de projeto referente ao ramo construtivo, bem como o prazo para cada fase até sua aprovação.

ANEXO I

INDICAÇÃO:

- Implementação no próprio site da Prefeitura Municipal, de um “checklist” básico e extremamente preciso, que passe a devidamente informar a documentação necessária ao encaminhamento de cada tipo de projeto referente ao ramo construtivo, bem como o prazo para cada fase até sua aprovação.

Indica-se também, a implementação de uma listagem das dúvidas gerais mais pertinentes e que são frequentemente realizadas pelos profissionais deste ramo, já contendo as respectivas respostas automáticas, podendo, ainda, ser viabilizado um atendimento online através de chat, agilizando este processo.

ANEXO II

INDICAÇÃO:

- Implementação de uma listagem das dúvidas gerais mais pertinentes e que são frequentemente realizadas pelos profissionais da construção civil, já contendo as respectivas respostas automáticas, podendo, ainda, ser viabilizado um atendimento online através de chat, agilizando este processo.

Por fim, entende-se também eficiente que os encaminhamentos dos projetos também ocorram de forma digital, com plantas e documentos a serem assinados eletronicamente, sendo a aprovação digital de preferência colegiada e com lista de conferências mínimas. Conclui-se ser extremamente necessário equipar os profissionais da secretaria para que seja possível a análise de forma

digital, com telas e computadores compatíveis, algo que já acontece em outros municípios agilizando o processo de envio e de análise, para tanto, faz-se a seguinte indicação:

ANEXO III

INDICAÇÃO:

- Implementação de plataforma digital que utiliza o serviço integrado e simplifica os fluxos de processos na construção civil, permitindo a liberação de alvará para obras de baixo impacto em 24 horas.

3.2 Sugestões Referentes à "Emissão de Alvarás e Certidões"

A emissão de alvarás e certidões de forma agilizada facilita a vida de empreendedores e munícipes. A desburocratização do setor, além de trazer benefícios para a população, também favorece a administração.

No que se refere à emissão de alvarás e certidões vislumbrasse que as alegações da comunidade indicam morosidade e burocracias para emissão de alvarás e certidões negativas. Cabe destacar que durante o levantamento e identificações dos entraves enfrentados pela comunidade santa-cruzensense, verificamos através consulta ao site oficial da prefeitura municipal o surgimento da aba central de alvarás e alvará digital onde é possível realizar transações eletrônicas para emissão, consulta e controle, o que demonstra que o município vem avançando quanto facilitação do serviço.

Da mesma forma, acompanhamos a evolução quanto a emissão de Certidão Negativa de Débitos Municipais de forma virtual para pessoas jurídicas. Não obstante, a Certidão online não se encontra disponível para optantes do

Simple Nacional, bem como para empresas lotadas em outros Municípios, ou que possuam parcelas vincendas, parcelamento ou débitos com exigibilidade suspensa. Nestes casos, a empresa precisa enviar a solicitação por e-mail. Também é necessário evoluir quanto ao serviço para pessoas físicas, que ainda não se encontra disponível.

Diante disso, acreditamos ser altamente eficaz a integral conversão desses atos ao meio eletrônico em que, através desse, os interessados possam encaminhar e acompanhar todo o processo pela internet, sem a necessidade de se deslocar até as repartições públicas. Importante também se faz a comunicação do prazo máximo para atendimento da solicitação. Por isso, a Frente Parlamentar faz a seguinte indicação formal.

ANEXO IV

INDICAÇÃO:

- Proseguimento do serviço de Alvará Digital onde é possível realizar transações eletrônicas para emissão, consulta e controle, bem como, avanço na emissão de Certidão Negativa de Débitos Municipais de forma virtual para pessoas jurídicas e pessoas físicas, objetivando a integral conversão desses atos ao meio eletrônico.

3.2 Sugestões Referentes à “Sites da Prefeitura”

O site da prefeitura tem um papel importante no dia-a-dia do município que é o de informar e de proporcionar acesso aos processos de licitações, leis, decretos, processos seletivos, entre tantos outros. Assim, é de suma importância que a prefeitura tenha uma plataforma que viabilize o acesso a todos os serviços.

De um modo geral, verifica-se a necessidade de promover a digitalização dos serviços públicos e a integração destes serviços oferecidos pelas secretarias municipais. Assim, proporcionando um ambiente digital unificado que apresente a lista de serviços públicos, em linguagem simples e compreensível, bem como os requisitos necessários para o requerimento do serviço e o para atendimento da demanda ou resposta a solicitação do serviço público. Ou seja, órgãos da administração pública integrados com a sociedade. Para tanto, formalizamos a seguinte indicação.

ANEXO V

INDICAÇÃO:

- Promover a digitalização dos serviços públicos e a integração destes serviços oferecidos pelas secretarias municipais. Assim, proporcionando um ambiente digital unificado que apresente a lista de serviços públicos, em linguagem simples e compreensível, bem como os requisitos necessários para requerimento do serviço e o para atendimento da demanda ou resposta a solicitação do serviço público.

A segunda indicação busca aumentar a transparência com o aprimoramento na divulgação de dados e indicadores econômicos no cenário municipal. Para uma contribuição satisfatória, seria necessário que a Secretaria da Fazenda, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Balcão do Empreendedor, unificasse, atualizasse e publicizasse no site da prefeitura dados detalhados por bairro ou região, como número de estabelecimentos por CNAE, o porte destes estabelecimentos, a arrecadação de tributos dentre outros elementos importantes para que os empreendedores analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal, cruzem dados e auxiliem na tomada de decisão.

ANEXO VI

INDICAÇÃO:

- Disponibilização de dados econômicos no site oficial, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico a partir da análise de mercado. Tal medida permite que empreendedores e analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal para construir um planejamento estratégico no intuito de subsidiar a tomada de decisão em abrir, transformar ou expandir o negócio.

3.4 Sugestões Referentes à "Fiscalizações"

A Vigilância Sanitária é um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Em síntese, buscando contribuir com os relatos trazidos pela comunidade sugerimos a realização de treinamentos de capacitação periódicos no intuito de tornar o atendimento cada vez mais humanizado, sempre focado na orientação social. Sugerimos ainda, no que tange a demanda sobre a fiscalização de limpeza de terrenos que se viabilize uma sistemática de acompanhamento da solicitação por parte do cidadão, onde se disponibilize o prazo e os encaminhamentos realizados pelo município.

ANEXO VII

INDICAÇÃO:

- Realização de treinamentos de capacitação periódicos no setor de fiscalização no intuito de tornar o atendimento cada vez mais humanizado, sempre focado na orientação social.

Referente a alvarás sanitários (com indicação formalizada no ANEXO IV) cabe apresentar iniciativas que vêm sendo positivamente repercutidas nos municípios de Pará de Minas - MG, Maringá - PR, Santa Luzia - MG, a fim de contribuir com o tema. A Prefeitura de Pará de Minas, por meio de ação integrada da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária e da Secretaria Municipal de Saúde, implantou o processo eletrônico para a emissão e renovação de alvarás sanitários. Através deste processo, a concessão da licença de funcionamento para os empreendimentos que atuam com prestação de serviços, produção e circulação de produtos que se relacionam diretamente com a saúde dos consumidores, está sendo feita de maneira integralmente online, através do link alvara.parademinas.quasar.srv.br.

Essa iniciativa contribuiu para a otimização do fluxo de trabalho dos diversos setores envolvidos no processo e, conseqüentemente, agilizou a liberação dos alvarás, favorecendo a desburocratização e a atividade econômica daquele Município. Vale ainda manifestar que o sistema aderido pela Prefeitura disponibiliza ainda para os contabilistas e empreendedores, as respectivas informações quanto o andamento do processo, evitando, assim, deslocamentos desnecessários até o setor de Protocolo e os atrasos em virtude da falta de documentação necessária.

Além disso, o sistema emite um alerta, informando a proximidade do vencimento do alvará de funcionamento e a necessidade de abertura de processo

eletrônico para sua renovação. Além de determinar uma agilidade ao alvará sanitário, esse sistema dá transparência, fluidez ao processo e reduz custos.

Na cidade de Maringá, a emissão da Licença Sanitária, documento que legaliza atividades de interesse da Vigilância Sanitária, e da Certidão de Dispensa de Licença Sanitária, para negócios que não necessitam de aval da vigilância, também é feita de maneira integralmente eletronicamente, através do “*sistema de laudos*” no site da Prefeitura. Para acompanhar o andamento do processo, o solicitante deve acessar a consulta de laudos do sistema de serviços, digitar o número de protocolo seguido de uma barra e ano do pedido (exemplo: 1234/2018), e clicar em “Imprimir/Visualizar Requerimento”, no fim da página. O documento gerado, em formato PDF, deve ser exposto no estabelecimento.

O prazo para emissão de cada licença varia de acordo com a atividade. É levado em consideração porte do negócio, se depende ou não de fiscalização in loco, entre outros. Para emissão do Certidão de Dispensa de Licença Sanitária, documento para atividades que não envolvem saúde, a licença é expedida imediatamente.

O processo de licenciamento sanitário da cidade de Santa Luzia, também se tornou inteiramente digital: desde novembro, a Vigilância Sanitária do município aderiu ao “*Sistema de Licenciamento Sanitário Simplificado - REDESIM MG*”, para a realização do licenciamento de atividades classificadas como baixo risco. Esse sistema concede as licenças sanitárias em casos de obtenção e renovação de alvará sanitário para as atividades de Baixo Risco, bem como para a emissão da declaração de dispensa de licenciamento sanitário para as atividades classificadas como Baixo Risco, tudo de forma automática e digital, eliminando o deslocamento presencial do usuário e sem que sejam necessárias inspeções prévias para a emissão do documento, através do site. A prefeitura de Curitiba-PR viabiliza esta sistemática.

3.5 SUGESTÕES REFERENTES À "IMPOSTOS E TAXAS"

A arrecadação de impostos municipais é um dos mais importantes instrumentos para a Prefeitura viabilizar investimentos na cidade e manter a folha de pagamento dos servidores. O município é responsável por alguns impostos e taxas, sendo os principais o ISS (Imposto sobre Serviços), o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e a Taxa de Coleta de Lixo.

No que se refere ao processo de requerimento de guia e pagamento de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) oportuno destacar iniciativas que já são realidade em outros municípios a exemplo de Blaneário Camboriú-SC, onde o contribuinte não precisa se deslocar à Prefeitura para requerer a guia do ITBI ou necessitar de um intermediário. A demanda é requerida pela plataforma on-line 1DOC, que é o sistema oficial de protocolo da Prefeitura desde dezembro de 2019. O 1DOC é acessado pelo site <https://www.bc.sc.gov.br>. Após o requerimento é gerado um código de acompanhamento, pelo qual o cidadão acompanha as movimentações do seu protocolo.

Nesta seara, fazemos a seguinte indicação:

ANEXO VIII

INDICAÇÃO:

- Criação de plataforma on-line para requerer a guia do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) sem a necessidade de se deslocar à Prefeitura ou a necessidade de um intermediário.

3.6 SUGESTÕES REFERENTES AO "PLANEJAMENTO URBANO"

O planejamento urbano exige que a cidade conheça sua realidade por meio de um mapeamento em suas mais diversas áreas e, mais do que isso, projete a cidade do futuro para se antecipar aos seus problemas.

Por isso, é notória a importância de atualização de regramentos já ultrapassados, para tanto, sugere-se a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de atualização, modernização e simplificação do Código de Obras do Município - Lei Complementar nº 66/2001. As modificações se fazem necessárias no intuito de concentrar as responsabilidades, exclusivamente, nos profissionais que executem os projetos, priorizando, sobre tudo, uma fiscalização mais abrangente e decisiva acerca desses. Por isso, formaliza-se a seguinte a indicação:

ANEXO IX

INDICAÇÃO:

- Criação de um grupo de trabalho com o objetivo de atualização, modernização e simplificação do Código de Obras do Município - Lei Complementar nº 66/2001.

Além da alteração do Código de Obras restou sugerido a criação de "*Cartilha Padronizada para os Passeios Públicos*", como medida eficiente a facilitar a elaboração de projetos e a devida manutenção destas, visto que hoje, nos seus dizeres, "*não se tem um direcionamento correto para que seja seguido o que gera inúmeras incongruências que podem ser constatadas ao andar pelas calçadas da cidade. Calçadas praticamente intransitáveis principalmente para idosos e pessoas com dificuldade de locomoção como portadores de necessidades especiais*". Sugestão que segue:

ANEXO X

INDICAÇÃO:

- Criação de “Cartilha Padronizada para os Passeios Públicos”, como medida eficiente a facilitar a elaboração de projetos e a devida manutenção dessas.

Consideram ainda, de suma importância proceder a revisão do Plano de Mobilidade existente, com estudos dos impactos do crescimento acelerado que a cidade teve na última década. Devem ser aplicados novos conceitos, modernizado e considerando uma inicial redução de veículos com novos sistemas de aplicativos. Modernização de meios de transporte coletivos, pistas exclusivas para ciclistas e outros meios de transporte. Prever um eixo de transporte norte-sul coletivo ligando distrito a UNISC passando pelo centro. Conforme indicação a baixo:

ANEXO XI

INDICAÇÃO:

- Realizar a revisão do Plano de Mobilidade existente, com estudos dos impactos do crescimento acelerado que a cidade teve na última década.

Ainda, sugere-se um grupo de trabalho ou até mesmo uma Comissão permanente de Planejamento Urbano. O Plano Diretor é um dos instrumentos municipais de maior importância para a correta expansão e desenvolvimento da cidade. É importante que ele seja desenvolvido e estudado permanentemente. As

diretrizes devem ser bem definidas, para uma ampliação sustentável e controlada, considerando as características e particularidades de cada região e bairro.

Este grupo permanente de análise urbana deve integrar os planos diretor, de arborização, ambiental, praças, bacia hidrográfica, escoamentos pluviais, utilização das áreas públicas e deve contar também com a participação ativa das entidades para esse estudo. Por isso, a importância do CIPUR – Comitê Técnico de Planejamento Urbano, já contar em seu quadro, com profissionais que atuem exclusivamente com questões de Planejamento, embasadas agora pelos dados obtidos no último levantamento do Mapa das Cidades que, com estudos mais aprofundados, podem apresentar características importantes e estratégias para o desenvolvimento. Que faz referência a seguinte indicação:

ANEXO X

INDICAÇÃO:

- Realizar a revisão do Plano de Mobilidade existente, com estudos dos impactos do crescimento acelerado que a cidade teve na última década.

3.7 SUGESTÕES REFERENTES À "INFORMAÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO"

A burocracia surgiu para organizar os procedimentos e facilitar o funcionamento das instituições. Entretanto, uma das principais disfuncionalidades da burocracia é quando se torna tão complexa, que é necessário um gasto gigantesco de tempo e recurso para compreender o funcionamento dos procedimentos e saber como lidar com eles.

Um dos objetivos da Frente Parlamentar de Desburocratização foi dar mais transparência para as práticas da administração municipal e facilitar para a vida do

cidadão santa-cruzense ao lidar com a burocracia da cidade para obter informações.

Nesse sentido, foi construída a indicação, que faz referência o ANEXO V, trazida ao Executivo Municipal para aprimorar as informações que são disponibilizadas para a população. Esta medida também irá auxiliar na melhoria da transparência da cidade. Nesta mesma seara, sugere-se o aprimoramento da ouvidoria do município e atendimento das secretárias para tirar dúvidas via canais de atendimentos por telefonia, com ampla divulgação dessas alternativas.

3.8 SUGESTÕES REFERENTES AO "INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO"

Uma das principais reclamações que surgiram no formulário de pesquisa da Frente Parlamentar foi a respeito de ausência, ou poucos incentivos, por parte do Poder Público para empreender em Santa Cruz do Sul.

Importante ressaltar que a melhor ação que o Poder Público pode tomar para incentivar iniciativas de quem quer empreender, gerar empregos e renda, é não atrapalhar.

O empreendedorismo é o pilar da abundância econômica e social. Não existe desenvolvimento e prosperidade sem respeito à inovação. Por isso, damos tanta ênfase à importância do empreendedorismo e trabalhamos exaustivamente para garantir que o Estado e suas burocracias desnecessárias não fiquem em seu caminho.

A ampliação das atividades dispensadas de alvarás e licenças é uma das medidas a serem adotadas para a retomada da economia e para minimizar os impactos da pandemia. A dispensa de alvarás e licenças torna o processo de abertura de empresas mais rápido e menos oneroso, fomentando a criação de novos empreendimentos. A burocracia é um dos principais motivos de desistência

do empreendedor em abrir um negócio. Com um processo mais simplificado e ágil, impulsionaremos o empreendedorismo na cidade.

Enquanto outros municípios vizinhos, como Venâncio Aires, que figura na primeira colocação no Ranking Gaúcho de Atividades Dispensadas de Licenças e Alvarás, e a quarta colocação no Ranking Nacional, já lograram avanços nessa questão, Santa Cruz segue bem abaixo na lista, com apenas 260 atividades contempladas. Venâncio tem uma lista de 772. Isso resulta em perda de competitividade com município vizinho.

O Ministério da Economia iniciou um processo de reconhecimento dos municípios que mais se destacam na aplicação da Lei de Liberdade Econômica, criando o Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças para medir o empenho dos Estados e municípios, e Santa Cruz do Sul merece estar entre as primeiras posições. Por isso, encaminhamos a seguinte indicação:

ANEXO XI

INDICAÇÃO:

- Seja feita, pelo Poder Executivo, a ampliação da lista de atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças por serem de baixo risco.

3.9 SUGESTÕES REFERENTES À "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL"

Uma cidade bem cuidada, com a manutenção dos bairros em dia, é fundamental para garantir segurança e qualidade de vida à população. Há de se destacar também que problemas de zeladoria urbana são cíclicos, ou seja, são problemas que se repetem sempre e precisam de constante cuidado.

Recebemos via formulário de pesquisa reclamações que tocam nesse ponto crucial do cuidado com a cidade. Os munícipes apontam a dificuldade de se solicitar à Prefeitura reparos na iluminação pública, podas de árvores, conserto de vias públicas, entre outras.

Diante deste cenário, realizamos a construção de um anteprojeto de Lei que visa a desburocratização de serviços de zeladoria e a possibilidade de financiamento coletivo destes serviços. Anteprojeto este que segue:

ANEXO XII

ANTEPROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a desburocratização de serviços de zeladoria, a possibilidade de financiamento coletivo destes serviços e dá outras providências.

Ainda, importante frisar um assunto que recebeu destaque dentre as reivindicações recebidas, que é a questão das podas das árvores em via pública, por isso encaminhamos a indicação para facilitar o acesso a informação e dar mais transparência aos munícipes na questão dos procedimentos de podas realizadas pela Prefeitura. Indicação essa que segue:

ANEXO XIII

INDICAÇÃO:

- Criação de um canal eletrônico, via portal de serviços da Prefeitura, para requisição e acompanhamento dos serviços relativos à poda, corte e supressão de árvores em Santa Cruz do Sul.

Por derradeiro, traz-se como sugestão o anteprojeto em anexo que visa instituir e incentivar medidas que desburocratizam o serviço público municipal, de

modo a viabilizar o alcance do interesse público por meio de atos administrativos eficazes.

O anteprojeto em questão vem ao encontro dos termos da Lei Federal nº 13.726/18, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. A referida Lei facultou aos Municípios, por exemplo, a criação de grupos setoriais de trabalho com os seguintes objetivos: identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes; e sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

A formação de grupos é fundamental para apontar medidas desburocratizadas em situações específicas de cada Secretaria, conforme o anteprojeto a seguir:

ANEXO XIV

ANTEPROJETO DE LEI:

Estabelece normas para simplificação de atos em processos administrativos municipais.

ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento dos trabalhos desta Frente Parlamentar, dos recebimentos das demandas dos cidadãos, depois de realizar os diagnósticos dos problemas, seguindo a metodologia proposta no Plano de Trabalho e a elaboração das soluções, apontam os parlamentares os seguintes encaminhamentos ao final dos trabalhos:

- ✓ Aprovar as 16 Indicações elaboradas pela Frente Parlamentar pela Desburocratização;
- ✓ Apresentar dentre as Indicações 2 anteprojetos de lei para o Executivo Municipal;
- ✓ Remeter cópia do relatório ao Poder Executivo Municipal, na pessoa da Exma. Prefeita Helena Hermany;
- ✓ Remeter cópia do relatório ao Exmo. Senhor Vereador Ilário Keller, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul;
- ✓ Publicizar à sociedade os resultados da Frente Parlamentar;

Temos a consciência de que a redução do excesso de burocracia pode contribuir fortemente para o desenvolvimento, o crescimento econômico e para estimular a inovação de Santa Cruz do Sul. Sabemos que ainda há muito trabalho a ser feito. Ainda assim, acreditamos que, ao final dos trabalhos da Frente Parlamentar pela Desburocratização, acredito que demos 16 passos importantes para simplificar processos, melhorar o ambiente de negócios e facilitar o contato do cidadão com o setor público.